



INFORMATIVO

MAIO | 2024

podemos

CÂMARA



PÁG. 4

**ALÉM DA REFORMA TRIBUTÁRIA,
DEPUTADO HAULY LIDERA OUTROS
PROJETOS DE INTERESSE NACIONAL**

PÁG. 6

**Presidente Lula sanciona novo Perse com
texto final de Renata Abreu**

EXPEDIENTE

LIDERANÇA DO PODEMOS NA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Líder do Podemos na Câmara dos Deputados:
Deputado Federal Romero Rodrigues (PB)

Presidente Nacional do Podemos:
Deputada Federal Renata Abreu (SP)

Chefe de Gabinete:
Fábio de Souza Oliveira

Secretário Nacional de Comunicação:
Marcus Deois

Direção Geral:
Alisson Esteves

Jornalista Responsável:
Marília Jardim

Revisão Geral:
Daniel Roriz

Diagramação e Arte:
Maura Mosquera

Colaboradores:

Brunna Morais, Carolina Frederico, Elloá Urbano, Fabíola Salvador, Gabriel Cruz, Gabriel Tiveron, George Pacífico, João Rafael, Lucas Amparo, Marcelo Bley, Rafaella Panceri, Raquel Vasconcelos, Robert Alves, Sérgio Lima, Tikkho Maciel, Tullio Damin Da Sois e Vinicius Loures.

SUMÁRIO

- 4** Além da Reforma Tributária, deputado Haully lidera outros projetos de interesse nacional
- 6** Presidente Lula sanciona novo Perse com texto final de Renata Abreu
- 8** Líder Romero Rodrigues comemora sanção do Perse
- 10** Mauricio Marcon quer justiça mais dura contra crimes em meio a tragédias como a do RS
- 12** Aprovada bolsa de estudo a dependentes de policiais e bombeiros mortos em serviço
- 14** Dr. Victor Linhalis é eleito vice-presidente da CMO
- 16** Censo Habitacional: mapeando e buscando soluções para a moradia digna de todos os brasileiros
- 18** Lei Joca – Deputado apresenta PL para garantir bem-estar dos animais
- 20** Gilson Daniel é destaque nacional na pauta de prevenção de riscos e desastres na Câmara dos Deputados
- 22** Subcomissão Permanente de Pesca é instalada na Câmara dos Deputados
- 24** Gambale, o apoiador da microgeração e minigeração distribuída
- 26** Reconhecimento de festejos e quadrilhas juninas como cultura vai à sanção
- 28** Audiência Pública na CVT debate caso Joca
- 30** ARTIGO – A celebração de uma luta

A close-up portrait of a middle-aged man with thinning grey hair and glasses, wearing a dark blue suit, white shirt, and blue patterned tie. He is speaking into a black microphone. The background is dark with vertical light streaks.

“No momento, o destaque é justamente a aprovação das leis complementares da Reforma Tributária”

ALÉM DA REFORMA TRIBUTÁRIA, DEPUTADO HAULY LIDERA OUTROS PROJETOS DE INTERESSE NACIONAL

Onze meses após reassumir uma cadeira na Câmara Federal, o deputado Luiz Carlos Hauly (PR) voltou a ser protagonista em pautas importantes do Congresso Nacional. No momento, o destaque é justamente a aprovação das leis complementares da Reforma Tributária. Em recente audiência conjunta das comissões de Finanças e Tributação e de Desenvolvimento Econômico, Bernard Appy, Secretário Extraordinário do Ministério da Fazenda e outros participantes fizeram questão de elogiar a atuação de Hauly na luta pela Reforma Tributária.

Desde que chegou à Câmara, em 1991, como economista e ex-secretário da Fazenda do Paraná, Hauly apresentou o seu pioneiro projeto de Reforma Tributária. Ao perceber que o projeto não iria tramitar, ele então criou o Simples e depois o MEI, ficando assim conhecido como o “Pai da Microempresa”. Ao longo de anos de estudos, ele foi aperfeiçoando o seu projeto, e a Reforma Tributária aprovada no Congresso tem muito da proposta original de Hauly. E ele faz questão de destacar que essa Reforma não tem cor partidária, mas é uma conquista de todos.

A modernização do sistema político é outra pauta relevante pela qual Hauly tem trabalhado. Em 2016 ele requereu a criação de uma Comissão Especial (REQ nº 4116/2016) para estudar a implantação do Semipresidencialismo no Brasil. Porém, naquele período o Congresso parou para discutir o impeachment de Dilma Rousseff e a proposta não avançou. Para Hauly, o Semipresidencialismo com o voto distrital misto é necessário

para acabar com esse presidencialismo anacrônico e imperial que tantas crises e males têm causado à democracia brasileira.

Com mais de 50 anos na vida pública, Hauly viveu momentos decisivos da vida nacional. Há 40 anos, no histórico e primeiro comício pelas Diretas Já, realizado em Curitiba, ele discursou em nome dos prefeitos paranaenses. Na terça-feira (7/05), na condição de proponente (juntamente com outros deputados), Hauly presidiu a sessão solene dos 40 anos das Diretas Já. Ele elogiou o caráter cívico e pacífico desse movimento que mobilizou o país, e que culminou com a volta das eleições livres e democráticas. Mas ele criticou o atual momento político, marcado pelo extremismo de ambos os lados e que não traz nada de positivo.

Há dois meses Hauly também liderou sessão solene que comemorou “Os 30 anos do Plano Real”. Na época, Hauly liderou na Câmara a aprovação desse importante projeto que acabou com a alta da inflação. Nesta mesma linha, Hauly acredita que agora a Reforma Tributária terá papel decisivo para alavancar o crescimento econômico no país.

Empenhado na aprovação da regulamentação da Reforma Tributária, o deputado Luiz Carlos Hauly também defende a modernização do sistema político a partir da adoção do Semipresidencialismo.

▲ O CONTEÚDO JORNALÍSTICO REFERENTE A CADA PARLAMENTAR É DE RESPONSABILIDADE DE CADA GABINETE.



CONHEÇA OUTRAS AÇÕES DO DEPUTADO

A reforma tributária foi aprovada e com ela o Comitê Gestor, para gerenciar as regras e arrecadar o Imposto sobre Bens e Serviços.

PRESIDENTE LULA SANCIONA NOVO PERSE COM TEXTO FINAL DE RENATA ABREU

Em uma vitória significativa para o setor de eventos, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou sem vetos o novo Perse (Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos). A deputada federal Renata Abreu (Podemos-SP) desempenhou papel crucial na aprovação dessa lei, assegurando o apoio necessário do Congresso Nacional ao setor mais prejudicado pela pandemia de Covid-19.

Renata Abreu, relatora do PL 1024/2024, foi decisiva na articulação e no aprimoramento da proposta, sendo seu texto substitutivo aprovado sem alterações tanto na Câmara dos Deputados quanto no Senado. Fica estabelecido um teto de R\$ 15 bilhões para incentivos fiscais de abril de 2024 a dezembro de 2026. A nova legislação garante a alíquota zero dos tributos envolvidos (IRPJ, CSLL, PIS e Cofins) enquanto houver recursos disponíveis, beneficiando empresas que operavam em atividades relacionadas ao setor de eventos, cultura e entretenimento.

“Estou muito feliz por essa conquista. O Perse beneficia milhares de cidadãos que são direta e indiretamente impactados pelo programa. Não poderíamos aceitar sua extinção. Como costume dizer, esse setor é a cara do Brasil. Sem evento, cultura ou entretenimento, seríamos um país bem triste, né?”, comemora a deputada Renata Abreu.

A deputada Renata Abreu, que já havia sido a relatora do Perse original em 2021, demonstrou profundo conhecimento e habilidade em negociar os termos do novo projeto de lei, garantindo que os benefícios fiscais fossem mantidos sem redução progressiva até 2027, como inicialmente proposto.

“A aprovação dessa lei coroa toda uma longa luta pela retomada do programa que havia sido praticamente extinguido no início do ano, tanto por Medida Provisória

quanto por projeto de lei. Dessa forma, está garantida a desoneração das empresas do setor, permitindo a manutenção do planejamento previsto sem custos fiscais para este ano”, destaca Doreni Caramori Júnior, presidente da Associação Brasileira dos Promotores de Eventos (Abrape).

O novo Perse inclui 30 atividades beneficiárias, assegurando a continuidade de milhares de empregos e fortalecendo um setor vital para a cultura e a economia do Brasil. A articulação de Renata Abreu, junto ao apoio de outros parlamentares e líderes do setor, foi fundamental para o sucesso dessa iniciativa.

“O Parlamento conseguiu equilibrar os anseios do governo e a manutenção das principais conquistas do programa, que estabelece melhorias no controle e gestão, evitando o mau uso dos benefícios e proporcionando maior equilíbrio fiscal”, aponta Caramori.

“O novo Perse representa não apenas um alívio financeiro para empresas e trabalhadores do setor de eventos, mas também um compromisso renovado com a cultura e o entretenimento no Brasil”, diz Caramori, que elogia e agradece o empenho de Renata Abreu, do deputado Felipe Carreras, da senadora Daniella Ribeiro e de todos os demais parlamentares pela consolidação do Perse.

“Foi a vitória da mobilização de representantes da iniciativa privada, líderes partidários, congressistas e a sociedade brasileira em geral. Unidos no socorro a esse segmento e a milhares de empregos garantidos”, finaliza Renata Abreu.

▲ O CONTEÚDO JORNALÍSTICO REFERENTE A CADA PARLAMENTAR É DE RESPONSABILIDADE DE CADA GABINETE.



CONHEÇA OUTRAS AÇÕES DA PRESIDENTE

O Perse é a prova de que, quando acreditamos, Podemos alcançar grandes conquistas!



“Foi a vitória da mobilização de representantes da iniciativa privada, líderes partidários, congressistas e a sociedade brasileira em geral. Unidos no socorro a esse segmento e a milhares de empregos garantidos”



“O Perse é uma conquista do Parlamento, mas sobretudo dos diversos atores que fazem essa indústria limpa e que tanto gera emprego e renda para o Brasil”

LÍDER ROMERO RODRIGUES COMEMORA SANÇÃO DO PERSE

Após um ano de um trabalho intenso no Congresso Nacional em defesa dos setores de eventos e de turismo, o Governo Federal sancionou o Projeto de Lei nº 1026/2024, que retoma e reformula incentivos do Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (Perse). A discussão da manutenção do Perse ganhou força no início do ano passado, na Comissão de Turismo da Câmara (CTUR), na época presidida pelo deputado Romero Rodrigues.

Criado em 2021 para ajudar empresas que tiveram de paralisar as atividades durante a pandemia de Covid-19, o Perse representa um importante suporte para o desenvolvimento da economia criativa no país. A indústria do turismo e de eventos responde por cerca de 3% do Produto Interno Bruto (PIB) e emprega cerca de 7,5 milhões de pessoas em mais de 130 mil empresas formalizadas.

“Quando assumi a CTUR, imediatamente iniciamos uma série de reuniões e audiências com os representantes dos diversos segmentos do turismo, como a rede hoteleira, sindicatos de bares e restaurantes, agências de viagens. Havia

uma preocupação enorme porque foi o setor que primeiro parou as atividades no começo da pandemia e o último a voltar a funcionar em sua totalidade. Então o prejuízo foi enorme e o fim do Perse seria um retrocesso para a economia do país”, explica Romero Rodrigues.

Já na condição de líder do Podemos, Romero também articulou com a bancada a aprovação do projeto que reformulou incentivos aos setores de eventos e turismo, que teve relatoria da presidente do partido, Renata Abreu. “O Perse é uma conquista do Parlamento, mas sobretudo dos diversos atores que fazem essa indústria limpa e que tanto gera emprego e renda para o Brasil. Meu mandato estará sempre em busca de alternativas e melhorias na legislação que beneficiem nosso setor produtivo, chegando na ponta, em quem trabalha no dia a dia para fazer tudo acontecer”, garante o líder.

⚠ O CONTEÚDO JORNALÍSTICO REFERENTE A CADA PARLAMENTAR É DE RESPONSABILIDADE DE CADA GABINETE.



CONHEÇA OUTRAS AÇÕES DO NOSSO LÍDER

O PL 3253/12, relatado pelo líder Romero Rodrigues, quer priorizar o acesso de jovens egressos de abrigos no mercado de trabalho.

MAURICIO MARCON QUER JUSTIÇA MAIS DURA CONTRA CRIMES EM MEIO A TRAGÉDIAS COMO A DO RS

As colossais e incessantes chuvas que se abateram desde os últimos dias de abril sobre um Rio Grande do Sul já abalado pelas terríveis precipitações de setembro de 2023 provocaram uma verdadeira catástrofe de dimensões bíblicas no estado.

Cidades inteiras estão abaixo d'água ou foram varridas do mapa, engolidas por água, lama, rocha e detritos. As águas deste verdadeiro dilúvio levaram centenas de vidas, de sonhos e de histórias construídas. Há ainda centenas de desaparecidos, muitos milhares de desalojados, e outros milhares de gaúchos à espera de um resgate, à mercê da sede, da fome e da intensa onda de frio que agora se abate sobre o Rio Grande.

E este é ainda o choque inicial da tragédia, com uma prevista onda de doenças a ser combatida e uma hercúlea e urgente tarefa de reconstrução que se aproxima conforme as águas recuam – mais lentamente do que o esperado, infelizmente. No entanto, “caso o povo gaúcho não houvesse respondido com tamanha coragem e determinação, mobilizando-se e agindo imediatamente para o socorro de seus irmãos, o desastre teria sido ainda mais terrível”, aponta o deputado federal gaúcho Mauricio Marcon.

Porém, como se o castigo do desastre natural não fosse suficiente, a catástrofe não somente despertou o melhor da maioria de seus cidadãos, mas também despertou o mais desprezível instinto predatório de seus piores conterrâneos. Aproveitando-se da situação de extrema precariedade e instabilidade gerada pelo desastre, surgiram inúmeros relatos

da covardia de criminosos desalmados que cometeram roubos, saques e estelionatos.

Assim sendo, o Rio Grande e o Brasil precisam empreender esforços conjuntos não somente para o resgate, amparo e auxílio à população gaúcha, mas também para a garantia da segurança das vidas e do pouco que restou dos frutos do trabalho dos gaúchos.

E foi justamente nesse sentido que o Deputado Marcon protocolou, na primeira semana de maio, dois Projetos de Lei que visam ajudar a coibir e punir com o devido rigor os covardes crimes de furto, roubo e estelionato cometidos em localidades com vigência de situação de emergência ou de estado de calamidade pública, reconhecida e declarada pelo Poder Executivo Federal.

Apesar de serem medidas reativas, os PLs 1.573/2024 e 1.609/2024 representam um necessário recrudescimento da legislação penal no país, tanto para o fim de punição quanto para o de se coibir novas ocorrências de crimes de tamanha crueldade no futuro.

Há muito o que ser feito para reerguer o Rio Grande do Sul e ajudar o seu bravo povo: resgate, acolhimento, reconstrução e proteção. É em função desta última que o Deputado Marcon busca dar a sua contribuição legislativa – além daquela já prestada no acolhimento das vítimas da terrível tragédia que se abateu sobre os seus irmãos gaúchos.

⚠️ O CONTEÚDO JORNALÍSTICO REFERENTE A CADA PARLAMENTAR É DE RESPONSABILIDADE DE CADA GABINETE.



CONHEÇA OUTRAS AÇÕES DO DEPUTADO

Diante da tragédia climática no RS, criminosos aproveitam o caos para roubar e cometer inúmeras atrocidades.



“Caso o povo gaúcho não houvesse respondido com tamanha coragem e determinação, mobilizando-se e agindo imediatamente para o socorro de seus irmãos, o desastre teria sido pior”



“A proposição age na direção de fortalecer a educação, e um incentivo para continuarem seus estudos, em um momento tão doloroso que é a perda de seus pais”

APROVADA BOLSA DE ESTUDO A DEPENDENTES DE POLICIAIS E BOMBEIROS MORTOS EM SERVIÇO

A Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado (CSPCCO) aprovou o Projeto de Lei (PL) 1110/2023, que visa oferecer assistência educacional aos dependentes de operadores de segurança pública que faleceram no exercício da profissão ou em razão dela.

O PL, de autoria do deputado Sargento Gonçalves (PL-RN), propõe a inclusão do inciso XIII e do § 5º na Lei n.º 13.756, de 12 de dezembro de 2018, para destinar recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP) à criação de programas de bolsa de estudo para esses dependentes.

O relatório elaborado pelo deputado Sargento Portugal (Podemos-RJ) destaca a importância de oferecer suporte educacional às famílias que enfrentam a perda de seus entes queridos em serviço ou em razão de sua função.

“É uma forma de assegurar que os dependentes desse militar usufruam da bolsa de estudo, uma vez que é uma forma do Estado apresentar alguma compensação pelos relevantes serviços prestados em situações de alto risco, já que a família do policial ou bombeiro não contará mais com a sua presença como provedor”, justificou Gonçalves.

E Portugal acrescentou: “A proposição age na direção de fortalecer a educação, e um incentivo para continuarem seus estudos, em um momento tão doloroso que é a perda de seus pais.”

A matéria segue agora para Comissão de Finanças e Tributação (CFT).

⚠ O CONTEÚDO JORNALÍSTICO REFERENTE A CADA PARLAMENTAR É DE RESPONSABILIDADE DE CADA GABINETE.



CONHEÇA OUTRAS AÇÕES DO DEPUTADO

Você apoia unificar o acesso à carreira de policial e bombeiro?

DR. VICTOR LINHALIS É ELEITO VICE-PRESIDENTE DA CMO

Eleito por unanimidade para a função de vice-presidente da Comissão Mista de Orçamento (CMO), o deputado Dr. Victor Linhalis (ES) defende um orçamento justo e bem distribuído de acordo com as necessidades de cada programa de estado, unidade federativa e os setores do país.

Em seu primeiro mandato, Dr. Victor mostra desenvoltura e tem se destacado com a sua atuação em outras comissões importantes da Câmara, uma delas é a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJC), com a aprovação de projetos e com a defesa de um estado que atenda, de fato, aos anseios da população.

De acordo com o parlamentar, a sua atuação será focada em contribuir para a elaboração de um orçamento que beneficie quem mais precisa. “A construção de um orçamento precisa olhar sempre para o cidadão comum, que está lá na ponta e que precisa ser atendido por políticas públicas de

qualidade. A CMO não está focada em falar apenas sobre montante e sim sobre ações práticas que melhorem o nosso país através de um orçamento público bem estruturado” defende.

CMO

Composta por Deputados e Senadores, é a comissão que examina e emite parecer sobre o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), a Lei Orçamentária Anual (LOA) e demais matérias orçamentárias. Também examina as contas apresentadas anualmente pelo presidente da República, os planos e programas nacionais, regionais e setoriais e acompanha a fiscalização orçamentária.

⚠ O CONTEÚDO JORNALÍSTICO REFERENTE A CADA PARLAMENTAR É DE RESPONSABILIDADE DE CADA GABINETE.



CONHEÇA OUTRAS AÇÕES DO DEPUTADO

Nós, do Podemos, acreditamos que a proteção dos nossos jovens deve ser prioridade absoluta. Por isso, apresentamos uma proposta para mudar essa realidade: um cadastro nacional de condenados por maus-tratos, abusos e outros crimes violentos.

“A CMO não está focada em falar apenas sobre montante e sim sobre ações práticas que melhorem o nosso país através de um orçamento público bem estruturado”

A close-up photograph of a woman with curly brown hair and black-rimmed glasses. She is wearing a light blue top with a decorative cutout pattern. She is speaking into a black microphone. The background is blurred, showing what appears to be a wooden paneling.

“Esses dados serão essenciais para orientar políticas públicas eficazes e alocar recursos de forma precisa, priorizando as regiões mais necessitadas”

CENSO HABITACIONAL: MAPEANDO E BUSCANDO SOLUÇÕES PARA A MORADIA DIGNA DE TODOS OS BRASILEIROS

Tragédia no Rio Grande do Sul acende alerta

O Congresso Nacional, impulsionado pelas recentes tragédias causadas por enchentes e deslizamentos no Rio Grande do Sul, intensificou o debate sobre a importância do Censo de Déficit e Inadequação Habitacional. O Projeto de Lei nº 1.195/2023 surge como uma ferramenta crucial para prevenir futuros desastres e garantir moradia digna para todos os brasileiros.

“A tragédia no Sul do país serve como um doloroso lembrete da vulnerabilidade de muitas comunidades brasileiras devido à falta de moradias adequadas e infraestrutura”, alerta a deputada Nely Aquino (Podemos-MG), relatora do projeto. “Este censo é uma estratégia vital para evitar futuras tragédias e mapear as áreas com maior carência habitacional, permitindo a implementação de políticas públicas eficazes e direcionadas”, explica.

Nely Aquino tem sido uma defensora incansável dessa causa. A parlamentar destaca a urgência da medida e a necessidade de um censo abrangente que vá além da identificação de municípios com déficits habitacionais. “O objetivo é mapear áreas e domicílios em todo o território

nacional que enfrentam problemas de inadequação habitacional, contribuindo para a promoção de políticas públicas de interesse social”, argumenta.

A aprovação do parecer da deputada Nely Aquino na Comissão de Ciência, Tecnologia e Inovação em 9 de maio representa um passo significativo rumo à aprovação do projeto. “Esses dados serão essenciais para orientar políticas públicas eficazes e alocar recursos de forma precisa, priorizando as regiões mais necessitadas”, afirma a parlamentar. Para garantir a efetividade do censo, Aquino enfatiza a importância da participação da sociedade civil. “É crucial ouvir e envolver as pessoas diretamente afetadas por esses problemas, a fim de encontrar soluções que atendam às suas necessidades e prioridades”, ressalta.

O projeto de lei segue em tramitação no Congresso Nacional e é de autoria do deputado Max Lemos (PDT).

⚠️ O CONTEÚDO JORNALÍSTICO REFERENTE A CADA PARLAMENTAR É DE RESPONSABILIDADE DE CADA GABINETE.



CONHEÇA OUTRAS AÇÕES DA DEPUTADA

Nosso objetivo é que a ciência seja, de fato, uma ferramenta para mudar vidas!

LEI JOCA – DEPUTADO APRESENTA PL PARA GARANTIR BEM-ESTAR DOS ANIMAIS

O deputado federal Fabio Macedo (Podemos-MA) apresentou o Projeto de Lei 1480/2024, que visa assegurar o bem-estar dos animais durante o transporte aéreo. A iniciativa surge em resposta à recente e trágica morte do cão Joca, que trouxe à tona sérias preocupações sobre os padrões de segurança e cuidado no transporte de animais em aeronaves no Brasil.

O PL proposto inclui uma série de medidas destinadas a melhorar as condições de transporte para os animais. Entre elas a implementação de proteção contra temperaturas extremas, a exigência de apresentação de atestado veterinário para a viagem, a obrigatoriedade de treinamento para os funcionários das companhias aéreas e a imposição de penalidades para as empresas que não

cumprirem com as normas estabelecidas.

Segundo o deputado, tais medidas têm o objetivo de proteger os animais durante o transporte aéreo e também de garantir a segurança e a tranquilidade dos tutores, que nutrem um profundo amor e cuidado por seus animais de estimação.

A proposta reflete a crescente preocupação da sociedade brasileira com o tratamento ético e humano dos animais e visa estabelecer padrões mais rigorosos para garantir que o transporte aéreo de animais seja realizado de forma segura e responsável.

⚠ O CONTEÚDO JORNALÍSTICO REFERENTE A CADA PARLAMENTAR É DE RESPONSABILIDADE DE CADA GABINETE.

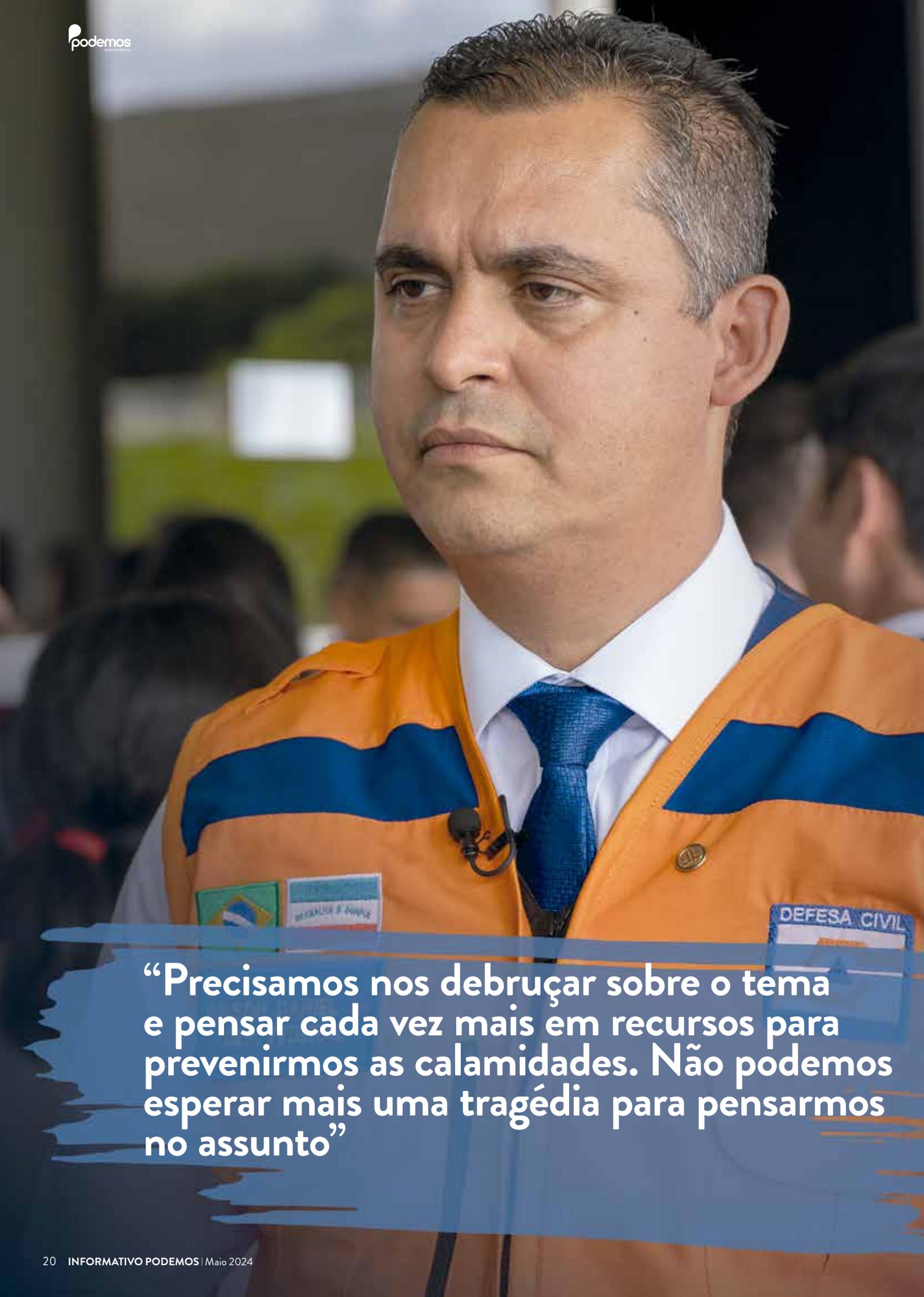


CONHEÇA OUTRAS AÇÕES DO DEPUTADO

O Podemos está trabalhando por verbas de emergência contra desastres e lutando contra a burocracia para salvar vidas. O Rio Grande do Sul precisa de todos nós e não pode mais esperar. Junte-se a nós!



“Tais medidas têm o objetivo de proteger os animais durante o transporte aéreo e também de garantir a segurança e a tranquilidade dos tutores”



“Precisamos nos debruçar sobre o tema e pensar cada vez mais em recursos para prevenirmos as calamidades. Não podemos esperar mais uma tragédia para pensarmos no assunto”

GILSON DANIEL É DESTAQUE NACIONAL NA PAUTA DE PREVENÇÃO DE RISCOS E DESASTRES NA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Deputado Federal foi escolhido recentemente como relator da PEC dos Desastres Naturais e é presidente da Frente Parlamentar de Gestão de Riscos e Desastres e Cooperação Humanitária

O deputado federal Gilson Daniel (Podemos-ES) tem se destacado em Brasília por sua forte atuação nas pautas de prevenção de riscos e desastres. Foi escolhido relator da chamada “PEC dos Desastres Naturais” - que destina 5% das emendas parlamentares individuais para uso em catástrofes e emergências naturais.

A corrida em busca de soluções para a prevenção de eventos catastróficos tomou proporções ainda maiores após a catástrofe que atingiu o Rio Grande do Sul. Por isso, o parlamentar, que é presidente Frente Parlamentar de Gestão de Riscos e Desastres e Cooperação Humanitária, vem desde o início de seu mandato alertando para o tema. “Muitos danos poderiam ser evitados caso o país contasse com um plano mais estruturado e com maiores investimentos de prevenção. Até quando viremos a esta tribuna prestar solidariedade aos estados que sofrem com os efeitos climáticos?”, desabafou o deputado federal.

Para Gilson Daniel, é importante lembrar a urgência do assunto e a elaboração de um plano que trabalhe não apenas com ações de pronta resposta, mas que também envolva atitudes de prevenção. “Uma das minhas primeiras conquistas junto à prevenção de riscos e desastres foi a aprovação da lei que destina três recursos para o Fundo de Calamidade Pública (FUNCAP), dentre elas, 50% do valor das apostas não reclamadas. É uma vitória do nosso trabalho, que foi reconhecido pelo ministro da Integração e do Desenvolvimento Regional, Waldez Góes”, afirmou o parlamentar.

O deputado capixaba é relator da Comissão

Especial sobre Prevenção e Auxílio a Desastres e Calamidades Naturais, onde promete trazer soluções efetivas para o tema, e semana passada, foi escolhido para relatar a chamada “PEC dos Desastres Naturais”, que quer destinar 5% das emendas individuais parlamentares para catástrofes e emergências naturais. Também sob sua responsabilidade e presidência, está à Frente Parlamentar de Gestão de Riscos e Desastres e Cooperação Humanitária.

Além disso, Gilson Daniel relatou o Projeto de Lei nº 281/2022, que cria mecanismos de auxílio para aquisição e reconstrução de imóveis destruídos em razão de desastres naturais e é autor do PL nº 5069/2023, que institui o Selo Nacional Empresa Resiliente, a ser entregue para todas as empresas que investem na redução do risco de desastres.

Sua última investida a favor do tema foi a solicitação de uma semana de trabalhos totalmente voltada para a votação de projetos que auxiliem na prevenção de riscos e desastres, pedido feito diretamente ao presidente da Câmara dos Deputados, deputado federal Arthur Lira (PP-AL), ao lado do presidente da Comissão Especial sobre Prevenção e Auxílio a Desastres e Calamidades Naturais, deputado federal Leo Prates (PDT-BA). “Precisamos nos debruçar sobre o tema e pensar cada vez mais em recursos para prevenirmos as calamidades. Não podemos esperar mais uma tragédia para pensarmos no assunto”, destacou Gilson Daniel.

O CONTEÚDO JORNALÍSTICO REFERENTE A CADA PARLAMENTAR É DE RESPONSABILIDADE DE CADA GABINETE.



CONHEÇA OUTRAS AÇÕES DO DEPUTADO

Não vamos deixar que a tragédia do Rio Grande do Sul seja apenas mais uma na lista.

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PESCA É INSTALADA NA CÂMARA DOS DEPUTADOS

A ideia é ampliar o diálogo com o governo sobre uma política séria e responsável visando à modernização do setor

A Subcomissão Permanente de Pesca e Aquicultura foi instalada na Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural. O relator da proposta, deputado federal Raimundo Costa (Podemos/BA), participou da cerimônia de instalação que elegeu presidente e vice-presidente da Subcomissão, deputado Albuquerque (Republicanos-RR) e Rafael Pezenti (MDB-SC) respectivamente.

A Secretária Nacional de Pesca e Aquicultura, deputada federal Tereza Nelma (PSD-AL), e representantes do Ministério da Pesca e Aquicultura, do Sindicato dos Trabalhadores nas empresas de Pesca de Santa Catarina (SITRAPESCA), da Associação Brasileira das Indústrias de Pescados (ABIPECA), do Sindicato dos Armadores e das Indústrias da Pesca de Itajaí e Região (SINDIPI), do Coletivo Nacional da Pesca e Aquicultura (CONEPE), e da Fundação Arayara estiveram presentes.

A atividade pesqueira e aquícola estão em franca expansão não só no Brasil, mas em todo mundo. No entanto, segundo o parlamentar baiano, o orçamento público federal brasileiro ainda é escasso, o que força a provocar um debate mais aprofundado do tema.

Ainda em raciocínio, Raimundo Costa explica que a atividade pesqueira é a única atividade do agro onde o produtor precisa de um registro para que seja autorizado a produzir. Noutro sentido, o Brasil ainda tem um consumo muito tímido desse tipo de proteína.

O objetivo da instalação da Subcomissão Permanente de Pesca é ampliar a discussão com o governo sobre uma política séria e responsável sobre o consumo de pescado, modernização do setor, e introdução de novas tecnologias. “Essa Subcomissão tem a condição de trazer essa discussão do Ministério com o Congresso, sobretudo com as lideranças e as organizações políticas do setor pesqueiro”, explicou o relator.

O setor, que tem grande potencial, exige um trabalho significativo para acompanhar as demandas, buscar investimentos e melhorias, acompanhar as legislações que tratem do tema. “Era preciso que nós no Congresso trouxéssemos esse sentimento de representatividade”, disse Raimundo.

A pesca, segundo o relator, tem dois momentos, antes e depois do governo Lula. “No primeiro governo do presidente Lula, chegamos ao ápice de tudo que há de bom na atividade. Perdemos o Ministério, entramos em depressão. Estamos resgatando esse espaço político, e esse advento do Ministério nos traz um novo momento, novos investimentos”, comemorou.

Raimundo ainda lembrou a caminhada política. O parlamentar conquistou a cadeira na Câmara Federal com apoio majoritário do setor pesqueiro. “Se hoje eu sou deputado federal, eu devo à pesca artesanal, ao pescador”.

⚠️ O CONTEÚDO JORNALÍSTICO REFERENTE A CADA PARLAMENTAR É DE RESPONSABILIDADE DE CADA GABINETE.



CONHEÇA OUTRAS AÇÕES DO DEPUTADO

Subcomissão da Pesca e Aquicultura instalada na Câmara!

A close-up photograph of a middle-aged man with grey hair, wearing a blue suit jacket, a white shirt, and a light blue tie. He is speaking into a black microphone with a red ring. His hands are visible, resting on a surface. The background is blurred, showing what appears to be a legislative chamber.

“A ideia é ampliar o diálogo com o governo sobre uma política séria e responsável visando à modernização do setor”



“A implementação de sistemas de microgeração e minigeração distribuída não apenas reduzirá os custos, mas também impulsionará o desenvolvimento científico e tecnológico do país”

GAMBALE, O APOIADOR DA MICROGERAÇÃO E MINIGERAÇÃO DISTRIBUÍDA

Como relator do Projeto de Lei 1430/2023, o deputado federal Rodrigo Gambale (Podemos-SP) apoia vigorosamente a implantação de sistemas de microgeração e minigeração distribuída de energia elétrica, uma medida crucial para a redução das contas de eletricidade em instituições públicas de ensino superior e de pesquisa.

O projeto de lei, proposto pelo deputado Carlos Henrique Gaguim, aprimora o Decreto-Lei nº 719, de 31 de julho de 1969, incluindo a instalação desses sistemas entre as aplicações de recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT). Isso proporcionará financiamento para a infraestrutura de pesquisa nas instituições mencionadas, contribuindo assim para a redução de gastos com energia elétrica.

Gambale destaca a importância desse investimento, ressaltando os desafios enfrentados pelas instituições brasileiras devido às tarifas elevadas e às restrições orçamentárias. Ele acredita que a implementação de sistemas de microgeração e minigeração distribuída não apenas reduzirá os custos, mas também impulsionará o desenvolvimento científico

e tecnológico do país, promovendo avanços e melhorias indiretas em diversas áreas.

O parlamentar reforça o comprometimento com a aprovação da matéria. Gambale argumenta que este é o momento oportuno para essa iniciativa, dada a sua relevância para a redução das despesas com eletricidade. Suas ações refletem um posicionamento claro em favor do progresso sustentável e econômico do Brasil.

É inegável que as tarifas de energia elétrica estão em constante crescimento no país, ultrapassando até mesmo os índices de inflação. Diante desse cenário, se tornam essenciais para garantir a sustentabilidade financeira e o avanço das instituições públicas de ensino e pesquisa.

O apoio de Gambale a essa proposta representa um passo significativo na busca por soluções sustentáveis e economicamente viáveis para o setor energético brasileiro.

⚠ O CONTEÚDO JORNALÍSTICO REFERENTE A CADA PARLAMENTAR É DE RESPONSABILIDADE DE CADA GABINETE.



CONHEÇA OUTRAS AÇÕES DO DEPUTADO

O deputado Rodrigo Gambale falou tudo! Em um momento difícil vivido pelo Rio Grande do Sul, não devemos dar palco para polarização e disputas políticas.

RECONHECIMENTO DE FESTEJOS E QUADRILHAS JUNINAS COMO CULTURA VAI À SANÇÃO

O Senado aprovou o projeto de lei de autoria do deputado federal Ruy Carneiro, que reconhece as quadrilhas juninas e os festejos juninos como uma manifestação cultural do Brasil. A proposta, que também foi aprovada na Câmara, agora segue para sanção presidencial.

Segundo Ruy Carneiro, a aprovação deste projeto é um marco importante na valorização das tradições e da diversidade cultural brasileiras. “As quadrilhas juninas e os festejos juninos são uma parte fundamental da nossa cultura popular. Eles representam a alegria, a tradição e a diversidade do nosso povo. Ao reconhecê-los como patrimônio cultural brasileiro, estamos valorizando a nossa história e promovendo a sua preservação para as futuras gerações”, afirmou o deputado.

A iniciativa visa não apenas à preservação cultural, mas também incentiva os grupos de quadrilheiros

e quadrilheiras espalhados pelo país, que dedicam tempo e esforço a essa arte. “Eles merecem ser reconhecidos pelo seu importante papel na disseminação da cultura brasileira. Eu apoio e acompanho de perto o trabalho de várias quadrilhas da Paraíba. Eles se dedicam o ano todo. Por isso, o reconhecimento é merecido”, destacou.

A expectativa agora é que a sanção presidencial ocorra em breve, oficializando as quadrilhas juninas e os festejos juninos como uma das mais belas manifestações culturais do Brasil. Esta decisão deve valorizar essa cultura com uma história tão rica, garantindo que a alegria e a tradição das quadrilhas juninas e dos festejos juninos continuem a ser uma parte vibrante da identidade brasileira.

⚠ O CONTEÚDO JORNALÍSTICO REFERENTE A CADA PARLAMENTAR É DE RESPONSABILIDADE DE CADA GABINETE.



CONHEÇA OUTRAS AÇÕES DO DEPUTADO

O Podemos luta para que as pessoas com epilepsia tenham acesso aos cuidados de saúde de que precisam por meio do SUS.

A man with grey hair, wearing a grey suit jacket, a white shirt, and a blue patterned tie, is speaking at a podium. He is looking slightly to the right of the camera. The background is a blurred indoor setting, likely a legislative chamber, with recessed ceiling lights.

“Ao reconhecê-los (quadrilhas juninas e festejos juninos) como patrimônio cultural brasileiro, estamos valorizando nossa história”



“Incidentes como este ressaltam a necessidade urgente de estabelecer regulamentações mais rigorosas e específicas para o transporte de animais por empresas aéreas”

AUDIÊNCIA PÚBLICA NA CVT DEBATE CASO JOCA

Foi realizada audiência pública sobre a morte do cachorro Joca, em transporte aéreo realizado pela Gol, na Comissão de Viação e Transportes. O debate foi solicitado pelo deputado Paulo Barbosa (PSDB-SP) e assinado pelos deputados Bruno Ganem (Podemos-SP) e Marcos Brasil (PR) e contou com a presença da ativista Luiza Mell.

Também participaram o superintendente de acompanhamento de Serviços Aéreos da Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC), Adriano Pinto de Miranda; a diretora do Departamento de Proteção, Defesa e Direitos Animais (DPDA), Vanessa Negrini; José Andreey Almeida Teles, médico-veterinário do Conselho Federal de Medicina Veterinária; o presidente da Associação Brasileira das Empresas Aéreas (Abear), representando a Gol Linhas Aéreas, Jurema Monteiro, e o diretor de Relações Externas da Associação Internacional de Transporte Aéreo (IATA) no Brasil, Marcelo Pedroso.

O caso ocorreu, pois, o cachorro deveria ter sido transportado do Aeroporto Internacional de Guarulhos (SP) para Sinop (MT), mas foi embarcado por engano em um voo

para Fortaleza (CE). O animal acabou retornando a Guarulhos e, quando seu tutor chegou para buscá-lo, o cão já estava morto.

Segundo o tutor do Golden Retriever, um atestado veterinário indicava que o animal suportaria uma viagem de duas horas e meia, mas devido ao erro, Joca permaneceu quase 8 horas no avião. “A morte de um animal em tais circunstâncias não só representa uma perda emocional significativa para o tutor, mas também levanta sérias questões sobre as práticas das companhias aéreas no transporte de animais vivos”, declarou o deputado Bruno Ganem.

“Incidentes como este ressaltam a necessidade urgente de estabelecer regulamentações mais rigorosas e específicas para o transporte de animais por empresas aéreas”, acrescentou. A audiência concluiu com o compromisso de avançar na criação de novas regulamentações para garantir a segurança e o bem-estar dos animais transportados por via aérea.

⚠ O CONTEÚDO JORNALÍSTICO REFERENTE A CADA PARLAMENTAR É DE RESPONSABILIDADE DE CADA GABINETE.



CONHEÇA OUTRAS AÇÕES DO DEPUTADO

Se a população está preocupada, se os clientes das empresas aéreas estão preocupados, se a sociedade está preocupada, as empresas aéreas também precisam estar.



“Como representante das mães atípicas no Congresso Nacional, me sinto no dever de dar voz a elas”

ARTIGO - GLAUSTIN DA FOKUS | Deputado federal (Podemos-GO)

A CELEBRAÇÃO DE UMA LUTA

O Dia das Mães é uma data que celebra e reconhece o amor incondicional e a dedicação que transcende todas as barreiras. É um momento para homenagens e refletir sobre as batalhas diárias que elas enfrentam. Diante disso, quero jogar luz sobre as mães atípicas, que precisam receber a saudação que lhes é devida.

Para aqueles que podem não estar familiarizados com o termo, “mãe atípica” é aquela que lida com a criação de uma pessoa com deficiência. Sei que não estou no meu lugar de fala mas, como deputado federal, quero dar voz a esse grupo, que é silenciado na sociedade.

Estatísticas de 2010, divulgadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), evidenciam que o Brasil tem cerca de 4 milhões de crianças deficientes com idades entre 0 e 14 anos, mostrando que no país há um grande número de mães atípicas batalhando para garantir um futuro digno aos filhos. Além disso, de acordo com dados de 2012, publicados pelo Instituto Baresi, cerca de 78% dos pais abandonaram as mães de crianças com deficiência antes que os filhos completassem cinco anos de idade. Essa informação é alarmante e nos incomoda a

buscar entender o que as mães atípicas passam quando falamos sobre o abandono paterno.

Além de articular pelas mães atípicas em pautas que são benéficas a elas, tenho dialogado com esse grupo para que possamos apresentar propostas. O projeto de lei 1225/2024 é resultado das reuniões que tivemos. Essa proposta altera a lei de previdência social e busca garantir às mães atípicas a condição de segurada facultativa, ou seja, com a aprovação e sanção desse projeto, elas passariam a contribuir com uma porcentagem menor e manteriam todos os direitos previdenciários. Esse projeto aguarda o parecer do relator na Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência (CPD).

É muito claro que, nesta data especial, nós precisamos enxergar todas. Como representante das mães atípicas no Congresso Nacional, me sinto no dever de dar voz a elas. Escrevo esse artigo com esse objetivo: evidenciar essas mulheres que, por inúmeras vezes, são caladas na sociedade. Se o que queremos é um mundo mais justo, precisamos começar a olhar para grupos negligenciados e ouvir as suas demandas. Isso faz parte da verdadeira democracia que, com a participação de todos, se fortalece cada vez mais.

⚠️ O CONTEÚDO JORNALÍSTICO REFERENTE A CADA PARLAMENTAR É DE RESPONSABILIDADE DE CADA GABINETE.



CONHEÇA OUTRAS AÇÕES DO DEPUTADO

Juntos contra o bullying! No Podemos, com o apoio do deputado Glaustin da Fokus, estamos dedicados a combater o bullying contra pessoas com deficiência e autismo.

JUNTOS PODEMOS

 podemos.org.br

SEDE NACIONAL

SHIS QI 17, conj. 3, casa 25 Lago Sul - Brasília/DF

CEP 71.645-030

Telefone (61) 3550-5619

WhatsApp (61) 98587-1919

 contato@podemos.org.br     [@podemos20](https://www.youtube.com/@podemos20)

SEDE ADMINISTRATIVA

Rua Alexandre Dumas, 1658 - 16º andar

Chácara Santo Antônio - São Paulo/SP

CEP: 04717-004

telefone: (11) 3935-6353

 juntos@podemos.org.br     [@podemos20](https://www.youtube.com/@podemos20)

 **podemos**
CÂMARA